



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 30ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810296

Processo nº **0022120-39.2019.8.17.2001**

AUTOR: GIVANILDO FERREIRA DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**SENTENÇA**

Vistos, etc.

GIVANILDO FERREIRA DA SILVA a presente “AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA” contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A e OUTRA, ambos qualificados, pedindo sua condenação ao pagamento de indenização complementar, no valor de R\$ 11.812,50 (onze mil, quatrocentos e cinquenta reais), por invalidez permanente, decorrente de acidente de trânsito ocorrido em 09/09/2018. Sustenta, ainda, em sua peça inicial, que recebeu administrativamente o valor de R\$ 1.687,50.

A ré apresentou defesa e documentos, alegando, no mérito, a improcedência da ação, baseada na quitação administrativa da indenização devida.

Perícia realizada.

A demandada comprova o depósito judicial referente ao pagamento dos honorários do perito.

Instadas as partes a se pronunciarem sobre a perícia, a parte ré manifestou-se.

Relatei. Decido.

Com base no art. 355, I, do Código de Processo Civil, por entender que não há necessidade de novas provas, passo a analisar o mérito.



No mérito, a perícia constatou que, em consequência de acidente com veículo automotor, a parte autora sofreu lesão parcial incompleta em seu tornozelo esquerdo, no percentual de 75%.

A utilização da tabela de proporcionalidade para cálculo da indenização do seguro DPVAT está consolidada pelos tribunais:

*“Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido da validade da utilização de tabela para o cálculo proporcional da indenização de seguro obrigatório segundo o grau de invalidez. Precedentes” (STJ – 4ª T, AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 20.628 – MT).*

Ressalte-se, inclusive, o teor da **Súmula 474** do Superior Tribunal de Justiça: “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”, bem como da **Súmula 544** também do STJ: “é válida a utilização da tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n.451/2008”.

De acordo com a tabela a que se refere o artigo 3º, II, da Lei 6.194 de 1974, em caso de perda anatômica ou funcional completa de um dos tornozelos o valor da indenização deve corresponder a no máximo 25% de R\$ 13.500,00, ou seja, R\$ 3.375,00.

Considerando que na lesão da parte autora a perda funcional não foi completa, mas de 75%, o percentual constante da mencionada tabela deve ser, igualmente, reduzido, tendo em vista essa proporção.

Então, deve ser feita primeira operação para se atingir 25% de R\$ 13.500,00, ou seja, R\$ 3.375,00, para, sobre esse resultado, tendo sido incompleta a lesão, na proporção de 75%, chegarmos ao valor da indenização devida, que corresponde a R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

Tendo em vista ser incontroverso que houve pagamento administrativo no importe de R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), tem-se que o valor devido, a título de indenização securitária complementar, corresponde a R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Ante o exposto, com arrimo no art. 487, I, do CPC, extingo o presente processo com julgamento do mérito, por procedente em parte o pedido deduzido, condenando a ré a pagar a indenização devida, no valor de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, corrigidos monetariamente desde a época do fato (STJ, AgRg no AREsp 46024 / PR), pela Tabela Encoge, e com a incidência de juros de mora a partir da citação (STJ, Súmula 426).



Tendo a parte autora decaído na parte mínima, condeno a ré nas custas do processo e em honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação.

**Liberem-se, de imediato, os honorários, em favor do perito. Expeça-se o competente alvará.**

P.R.I.

Certifique-se o trânsito em julgado

Após, archive-se.

Cumpra-se.

Recife, 11 de março de 2020.

**Carlos Eugênio de Castro Montenegro**

**Juiz de Direito**

lslc





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

### DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 30ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0022120-39.2019.8.17.2001  
AUTOR: GIVANILDO FERREIRA DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO  
DPVAT SA

#### INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 30ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 59104583, conforme segue transcrito abaixo:

*"SENTENÇA Vistos, etc. GIVANILDO FERREIRA DA SILVA a presente "AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA" contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A e OUTRA, ambos qualificados, pedindo sua condenação ao pagamento de indenização complementar, no valor de R\$ 11.812,50 (onze mil, quatrocentos e cinquenta reais), por invalidez permanente, decorrente de acidente de trânsito ocorrido em 09/09/2018. Sustenta, ainda, em sua peça inicial, que recebeu administrativamente o valor de R\$ 1.687,50. A ré apresentou defesa e documentos, alegando, no mérito, a improcedência da ação, baseada na quitação administrativa da indenização devida. Perícia realizada. A demandada comprova o depósito judicial referente ao pagamento dos honorários do perito. Instadas as partes a se pronunciarem sobre a perícia, a parte ré manifestou-se. Relatei. Decido. Com base no art. 355, I, do Código de Processo Civil, por entender que não há necessidade de novas provas, passo a analisar o mérito. No mérito, a perícia constatou que, em consequência de acidente com veículo automotor, a parte autora sofreu lesão parcial incompleta em seu tornozelo esquerdo, no percentual de 75%. A utilização da tabela de proporcionalidade para cálculo da indenização do seguro DPVAT está consolidada pelos tribunais: "Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido da validade da utilização de tabela para o cálculo proporcional da indenização de seguro obrigatório segundo o grau de invalidez. Precedentes" (STJ – 4ª T, AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 20.628 – MT). Ressalte-se, inclusive, o teor da Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça: "a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez", bem como da Súmula 544 também do STJ: "é válida a utilização da tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n.451/2008". De acordo com a tabela a que se refere o artigo 3º, II, da Lei 6.194 de 1974, em caso de perda anatômica ou funcional completa de um dos tornozelos o valor da indenização deve corresponder a no máximo 25% de R\$ 13.500,00, ou seja, R\$ 3.375,00. Considerando que na lesão da parte autora a perda funcional não foi completa, mas de 75%, o percentual constante da mencionada tabela deve ser, igualmente, reduzido, tendo em vista essa proporção. Então, deve ser feita primeira operação para se atingir 25% de R\$ 13.500,00, ou seja, R\$ 3.375,00, para, sobre esse resultado, tendo sido incompleta a lesão, na proporção de 75%, chegarmos ao valor da indenização devida, que corresponde a R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Tendo em vista ser incontroverso que houve pagamento administrativo no importe de R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscentos e oitenta*



*e sete reais e cinquenta centavos), tem-se que o valor devido, a título de indenização securitária complementar, corresponde a R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos). Ante o exposto, com arrimo no art. 487, I, do CPC, extingo o presente processo com julgamento do mérito, por procedente em parte o pedido deduzido, condenando a ré a pagar a indenização devida, no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), corrigidos monetariamente desde a época do fato (STJ, AgRg no AREsp 46024 / PR), pela Tabela Encoge, e com a incidência de juros de mora a partir da citação (STJ, Súmula 426). Tendo a parte autora decaído na parte mínima, condeno a ré nas custas do processo e em honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação. Liberem-se, de imediato, os honorários, em favor do perito. Expeça-se o competente alvará. P.R.I. Certifique-se o trânsito em julgado Após, archive-se. Cumpra-se. Recife, 11 de março de 2020. Carlos Eugênio de Castro Montenegro Juiz de Direito Islc"*

RECIFE, 12 de março de 2020.

**MARILIA DOHERTY AYRES**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 30ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0022120-39.2019.8.17.2001  
AUTOR: GIVANILDO FERREIRA DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO  
DPVAT SA

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 30ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): HENRIQUE AUGUSTO LEITE MARQUES - CPF: 038.621.204-06**  
**VALOR AUTORIZADO: R\$ 200,00 (duzentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.**  
**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA - 2717 040 01747607-3**

Tudo conforme **SENTENÇA** de **ID 59104583**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado:  
*"(Liberem-se, de imediato, os honorários, em favor do perito. Expeça-se o competente alvará.)"*.

Eu, MARILIA DOHERTY AYRES, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 12 de março de 2020.

**CARMEN MAGALHÃES DE ANDRADE PEDROSA**  
*Diretoria Cível do 1º Grau*  
*(Assinado eletronicamente)*

**CARLOS EUGENIO DE CASTRO MONTENEGRO**  
*Juiz(a) de Direito*  
*(Assinado eletronicamente)*

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tje.jus.br](http://www.tje.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 30ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0022120-39.2019.8.17.2001  
AUTOR: GIVANILDO FERREIRA DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO  
DPVAT SA

**ATO ORDINATÓRIO - INTIMAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ**

Em cumprimento ao disposto no Provimento n.º 08/2009 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 162, § 4º do CPC, intimo a parte HENRIQUE AUGUSTO LEITE MARQUES para informar que o(s) Alvará(s) de ID(s) 59185698, encontra(m)-se disponível(eis) para impressão no próprio PJe e podem ser levantados diretamente na Instituição Financeira indicada no documento, apenas com a assinatura eletrônica do Magistrado indicada no documento.

RECIFE, 16 de março de 2020.

MARILIA DOHERTY AYRES  
Diretoria Cível do 1º Grau



CIENTE

